

**BV Empreendimentos e
Participações S.A. ("BVEP")**

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2023**



Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	1
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	2

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8

NOTAS EXPLICATIVAS

1. A BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E SUAS OPERAÇÕES	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS	17
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. ATIVOS FISCAIS	18
8. DIVIDENDOS A RECEBER	20
9. OUTROS ATIVOS	20
10. PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS	20
11. ATIVOS NÃO FINANCEIROS	23
12. PASSIVOS FISCAIS	23
13. OUTROS PASSIVOS	23
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24
15. RESULTADO DE (PERDAS) / GANHOS POR PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	25
16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	25
17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	26
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	26
19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS	27
20. PARTES RELACIONADAS	28
21. GERENCIAMENTO DE RISCOS	29
22. OUTRAS INFORMAÇÕES	32

BV Empreendimentos e Participações S.A.

Relatório da Administração

Senhor Acionista,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("BVEP"), relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BVEP é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias, a prestação de serviços de consultoria, planejamento e assessoria empresarial, de qualquer natureza, que não dependam de registros ou autorizações governamentais ou do exercício de profissão regulamentada e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como em fundos de investimento em participação regulamentados pela CVM.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro (Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim), inclusive em relação ao gerenciamento de riscos. As Demonstrações Contábeis, bem como Relatórios Gerenciais do Conglomerado estão disponíveis no website <https://ri.bv.com.br/>.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a BVEP registrou prejuízo bruto, advindo de resultados de participação em empreendimentos e de perdas / ganhos por participação societária, de R\$ 0,6 milhão, comparado a R\$ 1,5 milhão de lucro bruto em 2022. As receitas/despesas operacionais, que incluem despesas administrativas, tributárias e outros resultados operacionais passaram de uma despesa de R\$ 7,4 milhões em 2022, para uma despesa de R\$ 6,4 milhões em 2023, reflexo da queda das despesas administrativas e tributárias somado a melhores resultados na linha de outros resultados operacionais. Já as receitas financeiras somaram R\$ 39,4 milhões em 2023, 19,1% abaixo ao observado em 2022. A combinação desses fatores gerou para a Companhia um lucro líquido de R\$ 21,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, queda de 52,3% quando comparado ao lucro líquido registrado no exercício de 2022, quando somou R\$ 45,3 milhões.

A administração da BVEP agradece aos quotistas, clientes e parceiros pela confiança depositada, e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
BV Empreendimentos e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins das práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



BV Empreendimentos e Participações S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

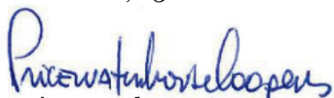


BV Empreendimentos e Participações S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das controladas, coligadas e controladas em conjunto para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Maria José De Mula Cury
Signed By: MARIA JOSÉ DE MULA CURY-1025117858
CPF: 1025117858
Signed Time: 23 de abril de 2024 16:45 BRT
O: CP-Brasil, OU: Secretaria de Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC SERASA RFB V5


Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE	-	274.204	266.331
Caixa e equivalentes de caixa	5	336	150
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	267.065	255.311
Dividendos a receber	8	1.658	1.661
Ativos fiscais correntes	7a	1.479	5.725
Outros ativos	9	3.666	3.484
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	102.240	310.021
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	6a	-	169.846
Ativos não financeiros destinados à venda	11a	1.255	1.255
Dividendos a receber	8	239	83
Ativos fiscais diferidos	7b	9.062	12.370
Participação em empreendimentos	10a	89.382	124.138
Outros ativos	9	2.302	2.329
TOTAL DO ATIVO	-	376.444	576.352
PASSIVO CIRCULANTE	-	7.159	3.887
Passivos fiscais correntes	12a	421	1.256
Outros passivos	13	6.738	2.631
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	6	28
Passivos tributários diferidos	12b	6	28
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-	369.279	572.437
Capital social	14a	352.383	598.400
Reservas	14b	16.885	-
Outros resultados abrangentes	14e	11	54
Prejuízos acumulados	-	-	(26.017)
TOTAL DO PASSIVO	-	376.444	576.352

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Resultado de participação em empreendimentos	10a	(1.241)	858
Resultado de (perdas) / ganhos por participação societária	15	638	608
LUCRO / (PREJUÍZO) BRUTO	-	(603)	1.466
Outras despesas administrativas	16	(4.948)	(5.464)
Despesas tributárias	12c	(2.090)	(2.440)
Outros resultados operacionais	17	649	511
RESULTADO ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	-	(6.992)	(5.927)
Receitas financeiras	6b	39.449	48.781
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	-	(10.837)	2.482
Impostos correntes	18a	(7.528)	(9.888)
Impostos diferidos	18a	(3.309)	12.370
LUCRO LÍQUIDO	-	21.620	45.336
RESULTADO POR AÇÃO			
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$	-	36,13	75,76
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)	14a	598.400	598.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Lucro líquido do período	-	21.620	45.336
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:	-		
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-		
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido	14e	(65)	332
Efeito fiscal	14e	22	(28)
	-	(43)	304
Resultado abrangente total	-	21.577	45.640

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		598.400	-	-	(250)	(71.353)	526.797
Ajustes ao valor justo	14d	-	-	-	304	-	304
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	45.336	45.336
Saldos em 31 de dezembro de 2022		598.400	-	-	54	(26.017)	572.437
Mutações do período		-	-	-	304	45.336	45.640
Saldos em 31 de dezembro de 2022		598.400	-	-	54	(26.017)	572.437
Ajustes ao valor justo	14d	-	-	-	(43)	-	(43)
Redução de capital	14a	(246.017)	-	-	-	26.017	(220.000)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	21.620	21.620
Destinações:	-						
Reserva legal	14b	-	1.081	-	-	(1.081)	-
Dividendos	14d	-	-	-	-	(4.735)	(4.735)
Reserva estatutária para expansão	14b	-	-	15.804	-	(15.804)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		352.383	1.081	15.804	11	-	369.279
Mutações do período		(246.017)	1.081	15.804	(43)	26.017	(203.158)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Nota	Exercício/2023	Exercício/2022
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais	-		
Resultado antes de impostos e contribuições sobre o lucro	-	32.457	42.854
Ajustes ao lucro / (prejuízo) antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	-	601	(1.997)
Resultado de participação em empreendimentos	10a	1.241	(858)
Resultado de perdas / (ganhos) por participação societária	15	(638)	(608)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis	19a	-	(500)
(Receitas) de atualização de depósitos em garantia	17	(2)	(31)
Variações patrimoniais	-		
(Aumento) / redução em participação em empreendimentos	10a	34.153	9.644
(Aumento) / redução de dividendos a receber	8	(155)	20
Outras variações ativas	-	(153)	2.271
Aumento em ativos fiscais	-	4.267	1.431
Redução de passivos fiscais	-	(5.115)	(3.347)
Outras variações passivas	-	(626)	(7.260)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.270)	(6.036)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	-	62.159	37.580
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento	-		
(Aquisição / aumento) de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	(22.245)	(37.748)
Alienação / redução de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	180.272	-
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	-	158.027	(37.748)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamentos:	-		
Redução de Capital social	-	(220.000)	-
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento	-	(220.000)	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	-	186	(168)
Início do exercício	-	150	318
Fim do exercício	5	336	150
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	-	186	(168)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	Nota	Exercício/2023		Exercício/2022	
Receitas	-	40.736		49.900	
Receitas financeiras	6b	39.449		48.781	
Resultado de (perdas) / ganhos por participação societária	15	638		608	
Outros resultados operacionais	17	649		511	
Insumos adquiridos de terceiros	-	(4.594)		(5.212)	
Processamento de dados	16	(62)		(125)	
Propaganda e publicidade	16	(17)		(13)	
Serviços técnicos especializados	16	(380)		(522)	
Outros	16	(4.135)		(4.552)	
Valor adicionado bruto	-	36.142		44.688	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	-	36.142		44.688	
Valor adicionado líquido recebido em transferência	-	(1.241)		858	
Resultado de participação em empreendimentos	10a	(1.241)		858	
Valor adicionado a distribuir	-	34.901	100,00%	45.546	100,00%
Contribuições Filantrópicas	16	200	0,57%	-	
Impostos, taxas e contribuições	-	12.927	37,04%	(42)	-0,09%
Federais	-	12.777		(198)	
Municipais	-	150		156	
Remuneração de capitais de terceiros	-	154	0,44%	252	0,55%
Aluguéis	16	154		252	
Remuneração de capitais próprios	-	21.620	61,95%	45.336	99,54%
Lucro retido	-	21.620		45.336	
Valor adicionado distribuído	-	34.901	100,00%	45.546	100,00%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



Demonstrações Contábeis

em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E SUAS OPERAÇÕES

A BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP ou Companhia) tem por objetivo social, principalmente, a participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias, a prestação de serviços de consultoria, planejamento e assessoria empresarial, de qualquer natureza, que não dependam de registros ou autorizações governamentais ou do exercício de profissão regulamentada e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, cotista ou acionista, bem como em fundos de investimento em participação regulamentados pela CVM.

A Companhia atua como fornecedora de capital em empreendimentos ou incorporações imobiliárias para obter benefício econômico sobre as vendas dos projetos imobiliários construídos. O objetivo dessa estrutura é exclusivamente para venda das unidades imobiliárias dos empreendimentos, com o encerramento das atividades previsto após a venda total das unidades imobiliárias, tendo como principal retorno ao final do projeto o recebimento dos dividendos provenientes dos empreendimentos imobiliários. As controladas (nota 2h) têm como principal objetivo a incorporação, exploração comercial e a administração de imóveis. Em face da característica dessas participações e investimentos, esses recursos são apresentados como ativos não circulantes.

O excedente de caixa não reaplicado em novos projetos imobiliários é investido em títulos e valores mobiliários de renda fixa, produzindo receitas financeiras para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas conforme as disposições previstas na legislação societária vigente, tendo a sua base de preparação as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Seguindo o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, que estabelece as condições para dispensa de apresentação de Demonstrações Consolidadas, o Banco Votorantim S.A., controlador da BVEP, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação de Demonstrações Contábeis consolidadas pela BVEP.

Conforme IAS 1, as operações cujo vencimento é inferior a 12 meses estão apresentadas nestas Demonstrações Contábeis como ativo ou passivo "circulante" e as operações com vencimento superior a 12 meses são apresentadas como "não circulante", exceto os impostos diferidos (ativos e passivos) que são classificados como "não circulante".

b) Base de reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de instrumentos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são revertidos/baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa expiram ou quando a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, de tal forma que justifique a baixa. Os ativos financeiros reconhecidos e mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são apresentados no Patrimônio Líquido.

O valor justo dos ativos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra e venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recém-contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado, dependendo o mínimo possível de informações geradas pela Administração.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Estimativas contábeis e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas regularmente. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela Companhia são detalhados na nota explicativa 4.

e) Participação em empreendimentos

Coligadas - Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle ou o controle compartilhado. A influência significativa é geralmente presumida quando a Companhia possui 20% ou mais do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, a Companhia poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência e o efeito dos direitos potenciais de voto prontamente exercíveis ou conversíveis e as transações materiais entre as Companhias são consideradas quando a Companhia avalia se possui influência significativa sobre o investimento.

Os investimentos da Companhia em coligadas são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação da Companhia nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida nas Demonstrações do Resultado da Companhia, nos períodos em que estes são apurados. A Companhia promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação da Companhia nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Controladas em conjunto (*joint venture*) - Uma *joint venture* é um negócio em conjunto por meio do qual as partes que detêm o controle conjunto têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, ao invés de direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos. A Companhia possui controle conjunto quando compartilha o controle de um negócio contratualmente convencionado, o qual existe somente quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que partilham o controle. A Companhia reconhece sua participação em empreendimentos em conjunto utilizando o método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia em *joint ventures* são inicialmente registrados pelo custo de aquisição e, subsequentemente, contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial, sendo os seus valores contábeis aumentados (ou diminuídos) para refletir a participação da Companhia nos resultados da investida após a data de aquisição. A participação nos resultados da investida é reconhecida nas Demonstrações do

Resultado da Companhia, nos períodos em que estes são apurados. A Companhia promove ajustes ao valor contábil de seus investimentos pelo reconhecimento de sua participação proporcional nas variações de saldo de componentes dos outros resultados abrangentes da investida. A participação da Companhia nessas variações é reconhecida de forma reflexa diretamente em seu patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes.

Na aquisição de investimentos, seja em coligadas ou em controladas em conjunto, qualquer diferença positiva entre o custo de aquisição do investimento e a parcela da Companhia do valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada como ágio (*goodwill*), o qual é incluído no valor contábil do investimento. A Companhia não realiza a amortização desse ágio, porém, seu valor recuperável é testado, no mínimo anualmente, para avaliação de indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Subsequentemente, o valor contábil destes investimentos será aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da Companhia nos lucros ou prejuízos do período, gerados pela investida após a aquisição, em contrapartida ao resultado do período, pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos do período da entidade controlada em conjunto se igualar ou exceder ao saldo contábil de sua participação, a Companhia descontinua o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Após reduzir, até zero, o saldo contábil de sua participação, as perdas adicionais são consideradas, somente na extensão em que a Companhia tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a Companhia retoma o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o momento em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

Perda de controle – Caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, a Companhia deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio (*goodwill*), e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações de não-controladores na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, a Companhia reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

f) Compensação de instrumentos financeiros

A Companhia não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e haver a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia não fez uso dessa compensação no período.

g) Autorização das Demonstrações Contábeis

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 23 de abril de 2024.

h) Participações societárias em controladas

	Atividade	% de Participação	
		31.12.2023	31.12.2022
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República)	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas)	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant)	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI)	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII)	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque)	SPE	100,00%	100,00%

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

As receitas são reconhecidas de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 47 - Receita de contrato com cliente ou CPC 48 - Instrumentos financeiros, de acordo com a natureza de prestação de serviço ou rendimento de instrumento financeiro.

As despesas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis à sua natureza.

As Receitas e despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam remuneração são reconhecidas no resultado do período de acordo com os conceitos estabelecidos no CPC 48, pela taxa efetiva de juros.

Receitas de serviços provindas de contratos com clientes são reconhecidas de acordo com os princípios descritos no CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a Companhia espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- i. Identificação do contrato;
- ii. Identificação das obrigações de desempenho;
- iii. Determinação do preço da transação;
- iv. Alocação do preço da transação; e
- v. Reconhecimento da receita.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas provenientes das tarifas forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48, no resultado de forma diferida pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e outras aplicações, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

c) Ativos e passivos financeiros

De acordo com o CPC 48, todos os ativos e passivos financeiros, devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- i. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- ii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – designados a valor justo;
- iii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA);
- iv. Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- v. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR);
- vi. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - designados a valor justo;
- vii. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Em relação aos ativos financeiros, a classificação contábil depende tanto da definição do modelo de negócios quanto do atendimento ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest* - Somente Pagamento de Principal e Juros).

O teste de SPPI evidencia se os fluxos de caixa das operações são exclusivamente formados por pagamentos de principal e juros sobre o montante principal em aberto. Esta avaliação é baseada na análise de performance e nos termos do ativo financeiro. Deste modo, é necessário avaliar se os ativos financeiros incluem termos contratuais que podem afetar, mudar o período ou a quantidade dos fluxos de caixa contratuais futuros.

Os modelos de negócios da Companhia refletem como um ativo financeiro ou grupos de ativos financeiros são gerenciados para se alcançar um objetivo de negócio. Sendo assim, a classificação dos modelos de negócios dos ativos financeiros da Companhia é feita conforme cada produto ou carteira de produtos é gerenciado, conforme requerido pelo CPC 48 e descrito a seguir:

- Modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais: nesse modelo os ativos são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se a taxa de juros efetiva.
- Modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros: nesse modelo os ativos são mensurados ao valor justo, ganhos e perdas não realizados (exceto perda de crédito esperada, diferenças cambiais, dividendos e juros) são reconhecidos no Patrimônio Líquido.
- Outros modelos de negócio: Nesse modelo são classificados os ativos que não estejam enquadrados em nenhum dos modelos descritos anteriormente ou que tenham sido designados a valor justo por meio do resultado, sendo mensurados ao valor justo, ganhos e perdas são reconhecidos diretamente no resultado.

A classificação contábil seguirá o modelo de negócio atribuído, a menos que o instrumento não atenda ao teste SPPI. Os ativos financeiros que não passarem no teste não poderão ser mensurados por meio de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes, devendo obrigatoriamente serem mensurados ao valor justo por meio do resultado (marcação a mercado no resultado).

Os ativos podem ser mensurados como custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado:

- **Custo amortizado:** A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da apropriação (*accrual*) dos juros do ativo financeiro no resultado.
- **Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”.
- **Valor Justo por meio do resultado (VJR):** A contabilização deste método de mensuração é realizada por meio da marcação a mercado do ativo financeiro no resultado.

(i) Instrumentos de Patrimônio

As características destes ativos financeiros não atendem os conceitos do teste SPPI, ou seja, não apresentam exclusivamente pagamento de principal e juros. Desta forma, automaticamente estes ativos devem ser classificados como valor justo por meio do resultado (VJR), exceto se a entidade optar pela opção irrevogável de classificá-los como valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Caso essa exceção seja utilizada, os ganhos ou perdas no valor justo do ativo são reconhecidos em outros resultados abrangentes e não são reclassificados para o resultado em nenhuma hipótese, somente dividendos recebidos são reconhecidos em resultado. A Companhia não fez uso dessa opção no período.

(ii) Outros critérios aplicados a instrumentos financeiros

Os rendimentos auferidos com os ativos financeiros, independentemente da categoria em que estão classificados, são calculados *pro rata die*, com base na variação do indexador e na taxa efetiva de juros, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Participações em empreendimentos

Registram-se como participações em empreendimentos as aquisições de ações e cotas de capital de empresas cuja expectativa de realização do ativo ocorra após o término do exercício seguinte.

As participações em empreendimentos, registradas no ativo não circulante, são avaliadas mensalmente pelo método da equivalência patrimonial. Outras participações que não se enquadrem na categoria anterior são registradas pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Os ágios pagos nas aquisições dos empreendimentos são registrados pelo custo de formação e não são amortizados por estarem baseados na expectativa de rentabilidade futura. O ágio tem o seu valor recuperável testado anualmente ou sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperado. Quando o valor contábil exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do valor desse ativo.

e) Ativos não financeiros destinados à venda

Os ativos não financeiros destinados à venda são compostos por imóveis em construção e/ou construídos por sociedades controladas de propósito específico- SPE's destinados para venda, bem como por participações em SPE's e/ou por empreendimentos imobiliários também destinados para venda, para os quais a classificação no ativo circulante não é aplicável.

A Companhia mensura inicialmente esses ativos pelo seu valor de custo e são posteriormente avaliados pelo menor valor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

f) Ativos e passivos tributários

O Imposto de Renda foi apurado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% e a Contribuição Social foi apurada com base na alíquota de 9%, ambas, aplicáveis ao Lucro Tributável.

O PIS (Programa Integração Social) foi apurado com base nas alíquotas de 0,65% e 1,65% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

A COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) foi apurada com base na alíquota de 4% e 7,6% (regime não cumulativo), aplicáveis sobre as receitas financeiras e demais receitas auferidas pela Companhia, respectivamente, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor.

Impostos correntes ativos e impostos correntes passivos somente são compensados, e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos tributários diferidos (crédito tributário) e passivos tributários diferidos são reconhecidos sempre que a recuperação ou a liquidação do valor contábil de ativo ou de passivo faça com que os futuros pagamentos de tributos sejam maiores, ou menores, do que eles seriam se referida recuperação ou liquidação não tivesse nenhum efeito fiscal. É inerente ao reconhecimento de impostos diferidos ativos que seu valor contábil será recuperado na forma de benefícios econômicos que fluem para a Companhia em períodos futuros, seguindo o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

A constituição do crédito tributário do Imposto de Renda e da Contribuição Social está fundamentado em estudo técnico comprobatório da capacidade de sua realização preparado pela Administração.

g) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Ativos contingentes geralmente decorrem de eventos não planejados ou outros eventos inesperados que

originam a possibilidade de um fluxo de entrada de benefícios econômicos à Companhia. Ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, pois isso pode resultar no reconhecimento de receita que pode nunca ser realizada. Entretanto, quando a realização da receita for praticamente certa, então o respectivo ativo não é um ativo contingente e seu reconhecimento é efetuado.

h) Outros ativos e outros passivos

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Outros passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridas (em base *pro rata die*).

i) Principais normas e interpretações que entraram em vigor em 2023

- **Alterações no CPC 26** – Classificação de passivos em circulante ou não circulante: refere-se à apresentação dos passivos no balanço, sendo que as alterações visam (i) esclarecer que tal classificação deve ser realizada com base nos direitos da entidade, existentes ao fim do período de reporte, para diferir pagamentos por mais de 12 meses; (ii) esclarecer que a classificação não é afetada por expectativas sobre quando a entidade irá exercer o direito de diferir tais pagamentos e (iii) detalhar que a liquidação se refere à transferência de caixa, instrumentos patrimoniais ou outros ativos e serviços à contraparte. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

Alterações na divulgação de políticas contábeis: As alterações têm por objetivo requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis que forem materiais sejam divulgadas, ou seja, aquelas capazes de influenciar na tomada de decisão dos usuários primários das informações contábeis, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumerizem os requerimentos normativos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. A Companhia avaliou que as informações divulgadas atendem aos requisitos da norma;

- **Alterações no CPC 32** – As alterações visam esclarecer que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplicam às operações de arrendamentos. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial;

- **Alterações no CPC 23** – Altera a definição de estimativa contábil, como sendo valores constantes nas Demonstrações Contábeis que estão sujeitos à incerteza na sua mensuração e esclarece que uma mudança em estimativa contábil decorrente de novas informações não é uma retificação de erro. As alterações passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023. Não houve impactos na sua adoção inicial.

j) Principais normas e interpretações que entrarão em vigor em períodos futuros

- **CPC 06 (R2)** – Estabelece para o arrendatário (a) isenção do reconhecimento dos arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de valores imateriais; (b) registro inicial do arrendamento no ativo (direito de uso do bem) e no passivo a valor presente (passivo representativo das obrigações do arrendamento relativas aos direitos de uso); e (c) apropriação das despesas de amortização dos direitos de uso do bem e dos juros do passivo financeiro representativo das obrigações do arrendamento relativas ao direito de uso, pelo prazo de utilização do bem. As alterações são efetivas a partir de 01 de janeiro de 2025 e não são esperados impactos quando da sua adoção.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS E JULGAMENTOS

1) Principais estimativas contábeis e julgamentos realizados no uso destas estimativas, bem como na aplicação de políticas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre eventos futuros que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas Demonstrações Contábeis. A Administração aplica em base continuada e com revisão periódica julgamentos que afetam os montantes apresentados em nossas Demonstrações Contábeis, sendo que os resultados efetivamente incorridos podem ser divergentes das estimativas. A seguir, estão descritas as principais políticas contábeis adotadas que possuem elevado nível de julgamento e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

a) Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia, devidamente aprovadas pelos órgãos de Governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico (como inflação e taxa de juros), desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

São aplicadas técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 3e e 3f.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades	336	150
Total	336	150

6. ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria e por tipo de papel

	31.12.2023					31.12.2022		
	Valor contábil / justo		Total			Total		
	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo	Valor de custo	Valor contábil/ justo	Ajuste ao valor justo
1 - Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	68.778	198.287	267.048	267.065	17	425.075	425.157	82
Certificado de Depósito Bancário	68.778	6.261	75.039	75.039	-	255.311	255.311	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	192.026	192.009	192.026	17	169.764	169.846	82
Total	68.778	198.287	267.048	267.065	17	425.075	425.157	82

b) Receitas financeiras

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Certificado de Depósito Bancário	17.204	29.995
Letras Financeiras do Tesouro	22.245	18.786
Total	39.449	48.781

7. ATIVOS FISCAIS

a) Ativos fiscais correntes

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a compensar	569	5.707
Imposto de renda a recuperar	910	18
Total	1.479	5.725
Ativo circulante	1.479	5.725

b) Ativos fiscais diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Prejuízo fiscal/base negativa de CSLL	9.062	12.370
Total	9.062	12.370
Ativo não circulante	9.062	12.370

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2023.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2024	2.480	2.254
Em 2025	2.543	2.108
Em 2026	2.912	2.203
Em 2027	1.127	776
Total de créditos tributários	9.062	7.341

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ¹
Em 2024	27%
Em 2025	28%
Em 2026	32%
Em 2027	13%

¹ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

c) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Não ativado)

	31.12.2023	31.12.2022
Outras provisões ¹	39.588	39.921
Total dos créditos tributários não ativados	39.588	39.921
Imposto de renda	29.101	29.347
Contribuição social	10.487	10.574

¹ Contempla provisões para perdas sobre investimentos.

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

8. DIVIDENDOS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
IRE República Empreend. Imob. S.A.	6	6
Tolle Empreend. Imob. SPE S.A.	76	76
Brookfield SPE SP-23 S.A.	150	312
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	1.658	1.343
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	7	7
Total	1.897	1.744
Ativo circulante	1.658	1.661
Ativo não circulante	239	83

9. OUTROS ATIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.607	3.331
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	2	2
Vista Alegre Emp. Imob. S.A.	178	158
Performance G.S.S.A	-	778
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	512	310
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	2.915	2.083
Valores a receber de sociedades ligadas ¹	2.122	2.169
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A.	229	229
Tolle Emp. Imob. S.A.	393	440
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	1.500	1.500
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 19c)	60	45
Outros	179	268
Total	5.968	5.813
Ativo circulante	3.666	3.484
Ativo não circulante	2.302	2.329

¹ Refere-se a devolução de aumento de capital.

10. PARTICIPAÇÃO EM EMPREENDIMENTOS

Os investimentos em Sociedades de Propósito Específico ("SPE") são realizados em parceria com empresas de reconhecida experiência no ramo imobiliário.

a) Composição dos investimentos

	31.12.2022	Exercício/2023			31.12.2023	Exercício/2022	
	Valor do investimento	Dividendos/ outros eventos ¹	Resultado de equivalência	Outros resultados por participação societária ²	Valor do investimento ³	Resultado de equivalência	Outros resultados por participação societária ²
Coligadas	2.093	-	2.885	-	4.978	(57)	2
Performance G.S.S.A	2.723	-	2.894	-	5.617	(31)	-
Tolle Emp. Imob. S.A.	(484)	-	-	-	(484)	(2)	2
Vista Alegre Emp. Imob. S.A.	(146)	-	(9)	-	(155)	(24)	-
Controladas em conjunto	87	162	(883)	-	(634)	(692)	-
Brookfield SPE 23 S.A.	304	162	(309)	-	157	(495)	-
Villagio Pompéia Emp. Imob. S.A. ⁴	(233)	-	3	-	(230)	(23)	-
RKM 01 Emp. Imob. SPE S.A. ⁴	16	-	(577)	-	(561)	(74)	-
Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A. ⁵	-	-	-	-	-	(100)	-
Controladas	121.958	(34.315)	(3.243)	638	85.038	1.607	606
IRE República Empreend. Imob. S.A.	302	-	(17)	-	285	(21)	-
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A. ⁶	11.439	(315)	1.264	36	12.424	869	408
Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	25.107	-	(14.879)	-	10.228	(797)	2.616
Arena XI Incorporações SPE Ltda.	34	-	(245)	211	-	(153)	-
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	(1.971)	-	(273)	-	(2.244)	(616)	145
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	87.047	(34.000)	10.907	391	64.345	2.325	(2.563)
Total	124.138	(34.153)	(1.241)	638	89.382	858	608

¹ Inclui movimentações de redução de capital e de dividendos propostos ou revertidos no período.

² Referem-se a movimentações relacionadas a resultado de "(Perdas) / ganhos por participação societária" (Nota 15).

³ Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

⁴ Apesar destes empreendimentos apresentarem participação maior que a metade do patrimônio do empreendimento, não são controlados, pois conforme os acordos de acionistas, estas entidades possuem controle conjunto na tomada de decisões.

⁵ A SPE Joaquim Antunes Emp. Imob. S.A. teve suas atividades encerradas em outubro de 2022.

⁶ A Henri Dunant Empreend. Imob. S.A. possui participação societária na empresa RSVP (SCP - HD Fase 3 participação 20%) e na Praça São Paulo (SCP - HD Fase 1 Participação 10%).

b) Informações financeiras - Coligadas

	31.12.2023			31.12.2022		
	Performance G.S.S.A	Tolle	Vista Alegre	Performance G.S.S.A	Tolle	Vista Alegre
Caixa e equivalentes de caixa	5.196	5	12	-	6	9
Ativos correntes	490	-	6	-	-	4
Ativos não correntes	8.867	-	62	5.780	-	64
Passivos correntes	7.825	1.181	858	1.494	181	809
Lucro / (prejuízo) do período ¹	3.216	-	(43)	(34)	(4)	(118)
Patrimônio líquido ajustado ²	6.728	(1.176)	(778)	4.286	(1.175)	(732)
% de Participação	90,00	40,00	20,00	90,00	40,00	20,00
Saldo do investimento ³	5.617	(484)	(155)	2.723	(484)	(146)

¹ Apurado até outubro/2023 no exercício findo em 2023, seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.

² Não contempla provisão para perdas.

³ Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

c) Informações financeiras - Controladas em conjunto

	31.12.2023			31.12.2022		
	Brookfield	Villagio Pompéia	RKM 01	Brookfield	Villagio Pompéia	RKM 01
Caixa e equivalentes de caixa	2	262	12	2	294	614
Ativos correntes	2.118	32	26	2.103	30	51
Ativos não correntes	-	41	-	37	5	1
Passivos correntes	1.152	394	739	877	393	646
Receitas	254	26	35	337	18	24
Lucro / (prejuízo) do período ¹	(617)	5	(719)	(990)	(38)	(92)
Patrimônio Líquido ajustado ²	968	(59)	(701)	1.265	(64)	20
% de Participação	50,00	60,00	80,00	50,00	60,00	80,00
Saldo do Investimento ³	157	(230)	(561)	304	(233)	16

¹ Apurado até outubro/2023 no exercício findo em 2023, seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.

² Não contempla provisão para perdas.

³ Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

d) Informações financeiras - Controladas

	31.12.2023					
	IRE República Empreend. Imob. S.A.	Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	Arena XI Incorporações SPE Ltda.	D'oro XVIII Incorporações Ltda.	BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	291	12.817	227	448	2	5.226
Ativos correntes	1	40	12.923	95	13	55.446
Ativos não correntes	-	4.113	4	69	79	13.589
Passivos correntes	7	1.688	9	103	1.886	6.524
Passivos não correntes	-	2	2.917	-	512	314
Receitas	-	1.345	-	25	-	18.865
Lucro / (prejuízo) do período	(17)	1.264	(14.879)	(245)	(273)	10.907
Patrimônio Líquido ajustado ¹	285	15.280	10.228	509	(2.304)	67.423
% de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Saldo do investimento ²	285	12.424	10.228	-	(2.244)	64.345

	31.12.2022					
	IRE República Empreend. Imob. S.A.	Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	Senador Dantas Empreend. Imob. S.A.	Arena XI Incorporações SPE Ltda.	D'oro XVIII Incorporações Ltda.	BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
Caixa e equivalentes de caixa	310	8.930	70	17	9	30.532
Ativos correntes	1	-	27.133	799	79	22.515
Ativos não correntes	-	6.937	6	70	-	49.632
Passivos correntes	9	1.533	21	108	319	7.528
Passivos não correntes	-	2	2.081	3	1.740	959
Receitas	-	1.254	-	108	-	17.290
Lucro / (prejuízo) do período ³	(21)	869	(797)	(12)	(616)	2.325
Patrimônio Líquido ajustado ¹	302	14.332	25.107	775	(1.971)	94.192
% de Participação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Saldo do investimento ²	302	11.439	25.107	34	(1.971)	87.047

¹ Não contempla provisão para perdas.

² Inclui provisão para perdas sobre o investimento.

³ Apurado até outubro/2022 seguindo os procedimentos de registro contábil, bem como ajustados pelos efeitos de transações e eventos significativos, quando aplicável.

11. ATIVOS NÃO FINANCEIROS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativos não financeiros destinados à venda	1.255	1.255
Total	1.255	1.255
Ativo não circulante	1.255	1.255

12. PASSIVOS FISCAIS**a) Passivos fiscais correntes**

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições sobre o lucro	305	1.008
Impostos e contribuições sobre o faturamento	114	231
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2	17
Total	421	1.256
Passivo circulante	421	1.256

b) Passivos tributários diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros	6	28
Total	6	28
Passivo não circulante	6	28

c) Despesas tributárias

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
PIS	(261)	(318)
COFINS	(1.609)	(1.965)
Outras ¹	(220)	(157)
Total	(2.090)	(2.440)

¹ Inclui outras taxas e contribuições federais e despesas com multas e juros de pagamentos em atraso.

13. OUTROS PASSIVOS

	31.12.2023	31.12.2022
Credores diversos	342	386
Provisão para despesas administrativas	1.366	1.809
Dividendos a pagar	4.735	-
Valores a pagar a sociedades ligadas ¹	295	436
Total	6.738	2.631
Passivo circulante	6.738	2.631

¹ Contempla os efeitos do convênio para rateio / ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos com a controladora.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

Em 31 de dezembro 2023, o Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 352.383 (subscrito e integralizado R\$ 598.400 em 31 de dezembro de 2022), está representado por 598.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (598.400.000 ações em 31 de dezembro de 2022), sendo seu único acionista o Banco Votorantim S.A.

Em abril de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a redução de Capital social da BVEP no montante de R\$ 246.017, sendo R\$ 26.017 para absorção de prejuízos acumulados, passando o Capital social de R\$ 598.400 para R\$ 352.383, sem cancelamento de ações.

b) Reserva de lucros**Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando, acrescida do montante das Reservas de capital, exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária", com a finalidade de fazer frente aos investimentos na expansão dos negócios. Além disso, o saldo da reserva também pode ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Lucros / (prejuízos) acumulados

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e o eventual prejuízo apurado ao final do exercício é absorvido por lucros acumulados, reservas de lucros (exceto reserva legal), reserva legal e reservas de capital, nesta ordem.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurado dividendos mínimos obrigatórios, tanto sob a forma de dividendos quanto de juros sobre capital próprio, correspondentes a 25% do lucro líquido de cada período, deduzindo-se o montante destinado a reserva legal (lucro líquido ajustado). Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de dividendos. Para os exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a seguinte distribuição:

	Exercício/2023			
	Valor (R\$ mil)	Quantidade de cotas por lote de mil – R\$	Data base posição acionária	Data de pagamento
Dividendos	4.735	13,43	31.12.2023	até 31.12.2024
Total de remuneração aos acionistas	4.735	13,43		

e) Outros resultados abrangentes

	Exercício/2023			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	54	(65)	22	11
Total	54	(65)	22	11

	Exercício/ 2022			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(250)	332	(28)	54
Total	(250)	332	(28)	54

15. RESULTADO DE (PERDAS) / GANHOS POR PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
(Provisão) / reversão de provisão para perdas sobre investimentos	638	608
Tolle Empreend. Imob. SPE S.A.	-	2
Arena XI Incorporações SPE Ltda.	211	-
Henri Dunant Empreend. Imob. S.A.	36	408
D'oro XVIII Incorporações Ltda.	-	145
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.	391	(2.563)
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A.	-	2.616
Total	638	608

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Aluguéis	(154)	(252)
Processamento de dados	(62)	(125)
Serviços técnicos especializados ¹	(380)	(522)
Propaganda e publicidade	(17)	(13)
Comunicações	(11)	(9)
Manutenção e conservação de bens	(3)	(4)
Contribuições filantrópicas	(200)	-
Outras ²	(4.121)	(4.539)
Total	(4.948)	(5.464)

¹ Inclui serviços de engenharia, consultoria financeira, jurídica e assessoria técnica sobre empreendimentos imobiliários.

² Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com a controladora e sociedades ligadas.

17. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Outras receitas	649	1.271
Atualização de tributos pagos a maior	499	673
Reversão de provisão para demandas cíveis	-	500
Atualização de depósitos em garantia	2	31
Rendas com imóveis não de uso	101	33
Outros	47	34
Outras despesas	-	(760)
Perdas operacionais	-	(17)
Demandas cíveis	-	(743)
Total	649	511

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração das despesas de IR e CSLL**

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Valores correntes	(7.528)	(9.888)
IR e CSLL no país - Corrente	(7.532)	(9.913)
IR e CSLL no país - Exercícios anteriores	4	25
Ativo fiscal diferido	(3.309)	12.370
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(3.309)	12.370
Total	(10.837)	2.482

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Resultado antes dos impostos e contribuições sobre o lucro	32.457	42.854
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.837)	2.482
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(11.035)	(14.846)
Outros valores	198	17.328

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Companhia não possui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Para as ações fiscais classificadas como possíveis, a Companhia está sujeita, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, que se enquadrem no disposto no CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

a) Provisões para demandas cíveis - Prováveis**a.1) Movimentações nas provisões classificadas como prováveis**

	Demandas cíveis	
	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Saldo inicial	-	500
Baixa por pagamento	-	(743)
Atualizações	-	243
Saldo final	-	-

b) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Exercício/ 2023	Exercício/ 2022
Demandas fiscais ¹	63	58
Total	63	58

¹ A principal discussão refere-se à compensação não homologada pela Receita Federal.

c) Depósito em garantia de recursos**Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências**

	31.12.2023	31.12.2022
Demandas trabalhistas	24	22
Demandas cíveis	36	23
Total	60	45

20. PARTES RELACIONADAS**Sumário das transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas compreendem as empresas que compõem o Banco Votorantim, Conglomerado Banco do Brasil e a Votorantim S.A. e as sociedades de propósito específico nos quais a Companhia detêm participação.

	31.12.2023 ¹			
	Banco Votorantim S.A.	Coligadas e controladas em conjunto	Controladas	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	336	-	-	336
Ativos financeiros	75.039	-	-	75.039
Dividendos a receber	-	232	1.665	1.897
Outros ativos	-	800	4.929	5.729
Passivos				
Outros passivos	(6.396)	(342)	-	(6.738)
	Exercício/2023			
Resultado				
Receitas financeiras	17.204	-	-	17.204

	31.12.2022 ¹			
	Banco Votorantim S.A.	Coligadas e controladas em conjunto	Controladas	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	150	-	-	150
Ativos financeiros	255.311	-	-	255.311
Dividendos a receber	-	395	1.349	1.744
Outros ativos	-	1.605	3.895	5.500
Passivos				
Outros passivos	(2.245)	(386)	-	(2.631)
	Exercício/2022			
Resultado				
Receitas financeiras	29.995	-	-	29.995

¹ Não houve transações com as parte relacionadas Conglomerado Banco do Brasil e Votorantim S.A. ao longo do período.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS

1) Processo de gestão de riscos

O Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, realiza a gestão do risco de crédito por intermédio da adoção de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, avaliação, mensuração, acompanhamento e reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas do risco de crédito, sendo elas a concessão de crédito, monitoramento de crédito e recuperação de crédito.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado, do qual a Companhia é integrante, adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conglomerado, o qual a Companhia faz parte, dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

a) Risco de crédito**(i) Definição**

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

Os estágios de enquadramento dos ativos são revistos mensalmente, a fim de capturar eventuais alterações na capacidade financeira dos clientes. Poderão ocorrer migrações de operações entre os estágios, quando a análise apontar melhora ou agravamento do risco de crédito da operação.

Um ativo migrará de estágio a medida que seu risco de crédito aumentar. Se, em um período subsequente, a qualidade de um ativo financeiro melhorar ou o aumento significativo no risco de crédito anteriormente identificado for revertido, o ativo financeiro poderá voltar para estágios anteriores.

b) Risco de mercado**(i) Definição**

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de commodities, entre outros.

Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** inputs incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os ativos financeiros estão contabilizados pelo seu valor justo. Os títulos públicos enquadram-se como nível 1 e os certificados de depósito bancário no nível 2.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como Nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

c) Risco de liquidez

(i) Definição

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado..

d) Risco operacional

(i) Definição

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Companhia;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades da Companhia;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pela Companhia.

2) Governança

Compete à Diretoria da BV Empreendimentos e Participações S.A., a administração e a gestão dos negócios da Companhia, a prática de todos os atos e a realização de todas as operações que se relacionem com os objetivos da Companhia.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento**

	Passivos	Patrimônio Líquido		Total
	Dividendos	Capital social	Reservas	
Saldo em 31.12.2022	-	598.400	-	598.400
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	16.885	16.885
Variações com efeito de caixa	-	(220.000)	-	(220.000)
Redução de capital	-	(220.000)	-	(220.000)
Variações sem efeito de caixa	4.735	(26.017)	-	(21.282)
Redução de capital ¹	-	(26.017)	-	-
Dividendos a pagar	4.735	-	-	4.735
Saldo em 31.12.2023	4.735	352.383	16.885	374.003

¹ Montante decorrente da absorção de prejuízos acumulados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve variações com e sem efeito caixa nos passivos e patrimônio líquido, que se enquadrem como atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de caixa da Companhia.

A DIRETORIA**Rodrigo Andrade de Moraes - Contador - CRC 1SP-220814/O-6**
